

Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880.

Josenildo de Jesus Pereira¹

RESUMO

Neste trabalho se explora o sentido de representações da escravidão, de liberdade e do racismo apresentadas na imprensa maranhense e, por conseguinte, a função desta, na década de 1880, tempo no qual se consolidou a decadência da agricultura mercantil escravista e de exportação.

Palavras-chaves: Escravidão, Imprensa, Maranhão,

ABSTRACT

This paper explores the meaning of representations of slavery, freedom and racism presented in the press Maranhao and therefore the light of this, the decade of 1880, at which time it consolidated the decline of agriculture and export slave market.

Key-words: Slavery, Press, Maranhao

Introdução

No contexto do movimento abolicionista, as condições sócio-econômicas de províncias brasileiras sustentadas pelo trabalho escravo eram bastante diferente entre si devido o deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira da área que corresponde, hoje, ao Nordeste para o Centro-Sul do país. O Maranhão integrava o conjunto de províncias do “Nordeste” decadente. As interpretações desse estado de decadência apontam como fatores geradores a contínua diminuição da mão-de-obra escrava provocada pelo fim do tráfico internacional de escravos e o refluxo de seus produtos exportáveis: algodão e açúcar, no mercado externo, dada à concorrência estrangeira. (MESQUITA: 1987). Nessas circunstâncias, parte dos grandes proprietários rurais vendia escravos e terras para pagar dívidas contraídas com os donos do “capital mercantil-escravista”, isto é, os ricos comerciantes, os quais, por meio de empréstimos, financiavam a produção. Alguns comerciantes e proprietários rurais instalaram fábricas têxteis nas cidades de Caxias, Codó e São Luís, a capital da província, e um Engenho Central no vale rio Pindaré com o propósito de industrializarem a área de grande lavoura. (CALDEIRA: 1988). Nesse contexto, verifica-se uma densa migração de cearenses fugindo da seca para a província.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Pesquisador do tema escravidão africana e das relações étnico-raciais no Maranhão.

Nas últimas décadas do século XIX, no Brasil, a escravidão era o tema de pauta de conversas em cozinhas, esquinas, bares, salões, câmaras legislativas e, sobretudo, a imprensa jornalística, uma vez que havia perdido o seu “sentido” sendo desgastada pela luta dos escravos, mas, também, porque a própria economia baseada na monocultura de produtos primários para exportação como atividade complementar à economia europeia não reunia mais condições para se manter, pois o capital industrial promovia uma revolução no processo de acumulação capitalista. Ainda que essa questão estivesse obscurecida para alguns setores das classes dominantes no Maranhão, havia outros que a compreendiam com bastante clareza e, por isso, criticavam a escravidão e defendiam o trabalho livre e a industrialização como referências de um novo paradigma econômico para a província. Nesse cenário, no Maranhão, o comerciante Martinus Hoyer sublinhava:

[...] Cada cidadão devia contribuir direta ou indiretamente para a gradual extinção da dolorosa enfermidade que afligia a nação desde os tempos coloniais, e que havia entorpecido o progresso moral e material. Afinal, todos deviam trazer o seu quinhão, grande ou pequeno, para extirpar esse cancro social, e dentro em poucos anos levar avante a grande obra civilizadora. Assim, acabariam com a escravidão no Brasil, e isto sem violência, sem revolução política e quase sem abalos e sofrimentos. (Apud. VIVEIROS: 1992:500).

Entre outras questões vale perguntar: quais os sentidos e significados subjacentes à representação da escravidão como uma “*dolorosa enfermidade que afligia a nação desde os tempos coloniais*”; um “*cancro social*” se ela foi, por mais três séculos, a base de produção da riqueza de ricos comerciantes e proprietários rurais?

Com o propósito de contribuir no debate a respeito da abolição da escravidão e a construção dos conceitos de liberdade, raça e tutela nas Américas, neste trabalho se explora o sentido de representações da escravidão, de liberdade e do racismo apresentadas na imprensa maranhense e, por conseguinte, a função desta, na década de 1880, tempo no qual se consolidou a desagregação da agricultura mercantil escravista e de exportação. Para tanto, se escolheu a imprensa jornalística partindo-se do pressuposto que os jornais têm múltiplas funções; entre elas, a de serem repositórios de crônicas, de registros de eventos da vida diária e, sobretudo, órgãos de política que promovem a livre discussão de uma diversidade de assuntos. Desse modo, de acordo com JONES (2005) eles são considerados documentos, nas ciências humanas, por serem um relevante material de pesquisa na medida em que fornecem um conjunto de informações que possibilitam novas interpretações a respeito de temas tradicionais.

Os jornais e a história

No Maranhão, da década de 1880, tal como em décadas anteriores, havia jornais que se definiam como “noticiosos”, “políticos”, “religiosos” e “literários”, ao lado de outros que se especializavam em criticar os costumes e, por isso, eram chamados de “imprensa baixa”. Muitos não eram publicados todos os dias. Alguns tiveram uma curta duração e outros a edição fragmentada. Além do mais, nem todos discutiam a escravidão. Em vista dessa circunstância, optou-se pela pesquisa em jornais diários e editados por empresas particulares, ou seja, periódicos não oficiais, ao se considerar que podiam apresentar um debate mais abrangente acerca do tema. Com base nesses critérios foram escolhidos três jornais diários: “*Diário do Maranhão*”, “*O Paiz*” e “*Pacotilha*”.

O jornal “*Diário do Maranhão*” foi fundado em 1855, por empresários, logo após o fim do tráfico internacional de escravos. Trata-se de um jornal do comércio, lavoura e indústria. A sua publicação era diária, exceto nos dias santos e feriados. Era composto por três folhas. Na primeira apresentava o Editorial e as notícias provinciais e nacionais. Na segunda folha se encontra a Secção Geral, na qual eram feitos os anúncios referentes à vida social e econômica da província, ou seja, o movimento de entrada e saída de navios do porto; a propaganda comercial; eventos sociais (festas, casamentos e óbitos), bem como os anúncios de venda, de compra e aluguel de escravos; de fugas; de homicídios praticados por escravos e de notícias a respeito de quilombos. Na terceira folha publicavam-se os anúncios gerais referentes à administração pública provincial.

O jornal “*O Paiz*” foi fundado em 1863 pelo professor Themístocles Aranha, jornalista e editor do jornal por vinte anos. Até o número dezoito esse periódico circulava três vezes por semana, com o subtítulo de jornal católico, literário, comercial e noticioso. Depois passou a ser diário e editado com o subtítulo de “*Órgão Especial do Comércio: órgão de Classe*”.

O jornal “*Pacotilha*” foi fundado pelo jornalista Victor Lobato, em outubro de 1880, no contexto do movimento abolicionista. A princípio, tinha como proposta ser um periódico popular e sem filiação político-partidária. Apresentava-se como um jornal abolicionista e republicano. Em janeiro de 1881 parou de circular para reiniciar em abril do mesmo ano, reformulado e de tamanho igual aos demais jornais diários. Em 1930, deixaram de editá-lo, para retomar em 1934 até o ano de 1938, quando deixou de circular em definitivo. Entre os seus redatores-chefes se destacam Antonio Lobo e João da Mata de Moraes Rego, filhos de famílias tradicionais de proprietários rurais, que se apresentavam como liberais.

Na década de 1880, a crítica moral da escravidão era o ponto central do debate na imprensa maranhense. No entanto, o exame mais acurado dessa crítica pode evocar

significados de alcance mais profundo para além da defesa da natureza humana dos escravos. Ao se considerar os resultados sociais das contradições de classes de uma sociedade escravista em decadência e a subsequente quebra entre a sua racionalidade ideológica e a sua base social e política, compreende-se os argumentos utilizados no debate como formulações ideológicas com um duplo objetivo. Por um lado, promover o ocultamento da perda da vitalidade e do sentido dos nexos econômicos que asseguravam a reprodução das relações de dominação de que se beneficiavam os ricos comerciantes e os proprietários rurais. Por outro lado, adequar as classes dominantes às demandas como liberdade exigida pela mobilização escrava e o abolicionismo; o trabalho livre assalariado reivindicado pelo movimento do capital industrial impulsionado a partir da Europa Ocidental, bem como a recomposição das relações de dominação em novas bases, mas sem que perdessem o poder.

Nesse sentido, parte-se da premissa de que os articulistas desses periódicos (donos de jornais, jornalistas, colaboradores e editores) foram, a partir de suas relações com os comerciantes, os proprietários rurais e os escravos, protagonistas de estratégias apresentadas para solucionar o problema da quebra da relação entre a racionalidade ideológica escravista e a base social e política decorrente da decadência da agricultura mercantil. Não é demais reiterar que nenhum discurso apresentado acerca de determinados temas é neutro em relação às condições históricas vividas por seus sujeitos, uma vez que os mesmos se orientam por um filtro ideológico. Pois, conforme com Bakhtin (2002:123)

[...] O discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Qualquer enunciação por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc).

No processo de leitura e análise das matérias apresentadas nos jornais, considerou-se que as palavras articuladas sob a forma de discursos incorporavam e expressavam visões sociais de mundo de pessoas concretas e, por isso, sempre carregadas conforme BAKHTIN (2002:95), “*de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.*” Com base nesse pressuposto, pergunta-se qual era a função desempenhada pelas idéias e os valores apresentados na imprensa jornalística acerca da escravidão, em um contexto histórico, no qual as classes dominantes maranhenses se encontravam em processo de decadência?

Para responder essa questão, partiu-se da hipótese de que as representações da escravidão compuseram os fios de uma trama assentada na tese de uma crise moral, urdida

como uma estratégia para viabilizar a abolição da escravatura sob o controle das classes dominantes e que, tal propósito se consolidou por meio do discurso racial.

A BOLIÇÃO: um presente de grego

Na década de 1880, em torno da abolição do trabalho escravo se ampliou com todo vigor. A idéia geral era de uma crise gerada permanência da escravidão. Sendo assim, a solução era substituí-la pelo trabalho livre acompanhado pela instalação de fábricas e a reorganização da agricultura em bases tecnológicas modernas.

Os articulistas dos jornais *Diário do Maranhão*, *O Paíz* e o *Pacotilha*, com o propósito de chamarem a atenção das classes dominantes para a necessidade de sua adequação às exigências estabelecidas pelas lutas dos escravos, pelo abolicionismo e o movimento do capital Industrial em sua expansão, participaram e intervieram no debate publicando seus artigos, de colaboradores e matérias importadas de periódicos de outras províncias do país. A partir do perfil dos argumentos apresentados se pode dizer que os dois primeiros jornais eram emancipacionistas e o jornal *Pacotilha*, abolicionista. Ser emancipacionista implicava na defesa de um processo sem traumas e abalos na estrutura social e, por extensão, na preservação dos direitos de proprietários rurais como a propriedade privada da terra e a indenização do capital imobilizado na escravaria. Os abolicionistas eram, ao contrário, aqueles que defendiam a abolição imediata do trabalho escravo sem indenização de proprietários de escravos por estarem embebidos pela ideologia do progresso, a qual se expressava na defesa da urbanização, do trabalho livre e da industrialização.

Em fevereiro de 1885, veio a público o discurso do jornalista Themístocles Aranha, proprietário e redator do jornal *O Paiz*, proferido por ocasião da abertura da segunda mostra de algodão e açúcar, com o título de “Festa do Trabalho”. O conteúdo do discurso foi uma análise a respeito da economia maranhense envolvendo o trabalho escravo e a agricultura. A respeito desta última argumentou que estando ameaçada em seus alicerces precisava, por parte do governo e de particulares, de toda sorte de auxílios, de fortes estímulos para aumentar e melhorar a produção porque em contrário “*desgraçado deste país se a lavoura fosse desorganizada*”. No que se refere às relações de trabalho dizia-se a favor de reformas por considerar que escravidão, “*era um funesto erro; uma planta venenosa que cresceu no solo da pátria e precisava ser estirpada pelas raízes, uma mancha no pavilhão nacional*”. No entanto, “*o mal era crônico e só como doenças crônicas devia ser tratado*”. (*O Paiz*, São Luís, 25 fev. 1885).

Em apoio a essa perspectiva publicaram o artigo “*Ligeiras considerações sobre a questão do elemento servil*” (O Paiz, São Luís, 25 fev 1885), no qual, o autor de pseudônimo “Um conciliador abolicionista”, baseado no texto constitucional sublinhava, “*toda desapropriação por interesse público importa uma indenização razoável ao proprietário; e, se assim é, nada mais injusto e revoltante do que semelhante esbulho ao proprietário de um direito garantido pelo pacto fundamental*”. Nestes termos, para ele abolir sem indenização seria,

[...] Uma desgraça que afetaria a sociedade em peso ainda que os fanáticos dos abolicionistas intransigentes dissessem que o diabo não era feio como se pintava “a lavoura evaporar-se-ia indubitavelmente, pois que endividada como se achava não sabiam se deixaria aos lavradores a roupa do corpo, pois, muitos seriam prejudicados”. (id. Ibid)

Em março de 1885, na coluna Editorial do *Jornal Diário do Maranhão*, foi publicada uma proposta de projeto de abolição do trabalho escravo no Brasil (MOLINARI., São Luís, 13 mar 1885). Trata-se de uma matéria importada do *Jornal O Paíz*, do Rio de Janeiro. O argumento estava centrado na defesa da abolição sem traumas. Essas idéias foram ratificadas com um projeto importado do município de Campos/RJ dirigido à Assembléia Geral do Império. As proposições eram,

- 1ª. Marcar-se um prazo de sete anos para a extinção da escravatura no Brasil;
- 2ª. Aceito o primeiro artigo, acabar-se com o fundo de emancipação e libertação forçada de maneira a garantir ao proprietário de escravos o pleno gozo de seus serviços pelo prazo de sete anos;
- 3ª. A criação de uma lei obrigatória para que o escravo cumprisse fielmente os anos de serviços marcados na lei;
- 4ª. A criação de uma lei que obrigasse os libertos e livres ao trabalho reprimindo a ociosidade e a vagabundagem pelos danos causados ao sossego e ao bem público;
- 5ª. A decretação de uma lei criando os tribunais correccionais de maneira a evitar longos processos por delitos de pequena gravidade;
- 6ª. A criação de colônias agrícolas com regulamento penitenciário para a punição dos vagabundos reincidentes;
- 7ª. A organização de um grande Banco de circulação de fundos com base de sua emissão o duplo valor das apólices da dívida publica que depositar com a condição de estabelecer caixas filiais em determinadas províncias do império e obrigação de fazer empréstimos á lavoura e à industria a juros de 6% ao ano, com amortização máxima de 5%;
- 8ª. A reforma da legislação hipotecária de maneira a oferecer sólida garantia aos prestadores de capitais com hipoteca dos imóveis e dos produtos agrícolas;
- 9ª. O aumento das tarifas aduaneiras sobre a importação de milho, feijão, batata, arroz e outros gêneros importados com prejuízo da nossa lavoura que podia produzir esses artigos em abundância se fosse afastada a concorrência dos similares estrangeiros que têm entrada quase franca nas nossas alfândegas;
- 10ª. A criação de uma escola normal de agricultura para preparar professores;

11ª. O estabelecimento de Escolas práticas de agricultura e veterinária nas comarcas onde melhor pudesse aproveitar a lavoura à semelhança das que existiam na França, na Bélgica e em outros países;

12ª. A designação de uma verba de cinco a seis mil contos anuais para a propaganda da emigração e introdução de colonos europeus ou asiáticos por serem os que podiam melhor preencher o vácuo que deixaria o braço escravo, e por serem atentos aos progressos que levaram à Califórnia e outros Estados da União Americana.

Em conformidade com os interesses das classes dominantes, o projeto sugeria algumas medidas de controle social de ex-escravos. Para o cumprimento de regras contratuais pelos trabalhadores, sem questionamento da concentração fundiária e da acumulação privada da riqueza, o referido projeto recomendava que fossem criadas leis repressivas, tribunais correccionais e penitenciárias agrícolas, para disciplinarem os “vagabundos” e os “subversivos” que pretendessem mudar a ordem social de seu “curso natural”. Com o propósito de evitar que tais comportamentos aflorassem no meio social sugeria criar escolas práticas em agricultura e veterinária, as quais, além de oferecerem formação técnica teriam a função de formar cidadãos, educando-os com base no “zelo” do princípio da liberdade individual e da propriedade privada. A apresentação dessas propostas para o público leitor desses jornais sugere que os resultados gerados pelas lutas dos escravos por meios de fugas, de quilombos e de insurreições ao estilo da “Balaiada”(1938/41) e da ocorrida em Viana (1867) ainda estavam presentes na memória, sobretudo de proprietários rurais.

O jornal Pacotilha era abolicionista, pois, os seus articulistas defendiam a abolição imediata do trabalho escravo, sem indenização de proprietários rurais. Em junho de 1881, publicaram o artigo “A Liberdade” (Pacotilha, São Luís, 11 jun 1881). Nele, o autor criticava o Brasil considerando a escravidão um “sono inglório” e a liberdade um “Tesouro imenso”. Para criticarem as famílias tradicionais escravocratas publicaram artigo – “Elemento Servil”. Para ele, os opositores do projeto Dantas eram pessoas que viviam

“aterrorizadas, com uma polidez cadavérica estampada nas faces, vendo o momento em que eram forçados a perder uma dúzia de pretos velhos – alquebrados de serviços e de maus tratos, mas, sem se importarem ao que dizia respeito ao país”. (KOCK Paulo de. Pacotilha, São Luís, 18 nov 1884).

Em defesa do trabalho livre, o autor sublinhava o Brasil como “uma terra onde reinava a maior indolência, uma preguiça de Lazzaroni, onde todos queriam ser bacharéis e oficiais da Guarda Nacional, onde não havia artes, indústrias, enfim – uma terra onde ninguém trabalhava”. Desse modo, “*era justo que os opositores da abolição imediata da escravatura procurassem, por todos os meios, conservar aqueles que eram forçados a trabalhar dia e noite, não como homens e sim como máquinas*”. (Id. Ibid). Assim, fazia-se a defesa da

abolição do trabalho escravo como uma “*obra de luz e justiça*”. No final do século XIX, em decorrência de lutas dos escravos, do abolicionismo e do movimento do “Capital Industrial” a partir da Europa, a escravidão não reunia mais condições para se manter. A decadência da agricultura mercantil e da exportação foi o dado mais objetivo desse problema. Ao compreendê-lo, os articulistas do *Jornal Pacotilha* endossavam a crítica moral à escravidão sob o rótulo de uma “vergonhosa exceção em todo o mundo moderno”. Nesse sentido, apoiavam o colaborador Lincoln, ao sublinhar a respeito do escravo que,

“já era tempo de, ante a moral moderna, recompensá-lo do que fez por nós, chamando-o à vida social lastimando que a inflexibilidade de leis naturais tornassem, no passado, necessária a sua escravidão. É uma dívida de reconhecimento que lhe pagamos – um ato de justiça, compensação do muito que por nós trabalhou como elemento poderoso de civilização. A libertação do negro, no estado presente do Brasil é a substituição do operário que trabalhava forçado para nós, pelo associado que continuará a desenvolver a sua atividade. (LINCOLN (Pseudônimo) São Luís. Pacotilha, 24 fev 1885)

Os articulistas do jornal *Pacotilha*, embora fossem contrários à permanência da escravidão por ser um “*sistema econômico de produção que espíritos atrasados ainda procuravam conservar*”, por meio dos argumentos de Lincoln compartilhavam da tese de que a introdução de africanos na América foi necessária como a única forma de fazê-la produzir. Essa era a verdade que a ciência provava, demonstrava e que o jornalista Victor Lobato acreditava. Nessa perspectiva, não era correto desprezar a lição que os fatos observados ministravam, pois:

[...] Era argumento por várias vezes repetidos pelos antropologistas a inferioridade da raça negra em relação à branca e mongólica, partindo do princípio de que a história não nos aponta um único caso de civilização criada pelo negro, chega-se à essa conclusão com vislumbres de verdadeira. (id.ibid)

Nesse contexto, os articulistas do *Jornal Pacotilha* introduziam no debate um novo elemento: o discurso racial. Por meio deste, eles ratificavam a tese de inferioridade do africano em relação ao europeu e, por extensão do negro em relação ao branco. Com base nesse pressuposto, naquela conjuntura de decadência, os articulistas do jornal *Pacotilha* se diferenciavam dos outros por apresentarem os “argumentos científicos” que resolveriam o problema da crise. Em outras palavras, que não havia razões para temores a respeito de futuras consequências advindas com a abolição, porque o ex-escravo, por ser “negro” e de uma “raça inferior” teria de se submeter, por uma determinação natural, à dominação da “raça branca”, como explicava a “ciência” à época, pois, a raça negra “*dotada de uma grande*

vitalidade possuía uma enorme facilidade de assimilar-se às aptidões e indústrias das outras raças”. (id.ibid)

Nessa perspectiva, concorda-se com Williams (1975:12) ao dizer que “*a escravidão não nasceu do racismo: ao contrário, o racismo foi uma consequência da escravidão. O trabalho não livre no Novo mundo era moreno, branco, negro e amarelo; católico, protestante e pagão*”.

Em meio ao debate, a diretoria da Associação Comercial do Maranhão promoveu um concurso público de monografias sobre a “*Substituição do trabalho escravo pelo livre*”. Em linhas gerais, as proposições geraram em torno da defesa do aproveitamento do ex-escravo. CERES, se opondo a idéias de que os ex-escravos abandonariam os antigos senhores, argumentou que o ex-escravo era a melhor opção pois,

[...] O braço escravo passado ao estado livre será o continuador sustentáculo da lavoura da província, pelo menos, por alguns anos, enquanto não se opere sensível modificação no método de execução de sua indústria agrícola, já por excelência própria, já pelos vantajosos alcançados em virtude de suas novas condições, em tudo muito superiores às atuais. (CERES, Pacotilha, São Luís, 10 mai 1888).

Para reforçar o seu argumento apresentou a tese de obediência à lei da natureza de onde procedia a da fome, ou seja, que o trabalho era o único meio pelo qual poderiam os ex-escravos se suprirem de bens necessários à sua sobrevivência, pois:

[...] Si eles obedeciam a uma lei formulada pelo homem, a uma lei puramente convencional, que lhes determinava o trabalho passarão a obedecer a uma outra mais respeitável, mais poderosa de esfera superior: a da natureza, donde procede a da fome. (id. ibid)

Esses argumentos são esclarecedores do fato de que o fim da escravidão, tal como era imaginado por setores das classes dominantes, não implicaria em mudanças substanciais na vida dos ex-escravos. Esses, de qualquer maneira ficariam submetidos ao que quisessem deles os seus ex-senhores. Pois: “*para onde iriam os ex-escravos que pudessem evitar a fome*”? Em apoio a essa perspectiva, Abranches destacou que a adstrição do ex-trabalhador escravo ao solo deveria ser regulamentada por meio de contratos de trabalho, pois não seria difícil nem tão pouco impossível que muitos libertos abandonassem os seus antigos proprietários. No entanto, isso não era um fato para desanimar, porque a maior parte deles ficaria nas fazendas e os que saíssem de umas iriam buscar em outras o trabalho que lhes faltasse. Nessa perspectiva, sublinhou:

[...] É certo que muito temos que esperar da raça negra que é a raça afetiva, e que nos trás um poderoso contingente para a futura moralidade das nossas instituições. Mas por outro lado o defeito primordial da educação e os vestígios indelévels de um jugo degradante trarão um elemento poderoso para a desordem social. Isto, porém não perturba a marcha progressiva do país. São escolhas que aparecem constantemente nas transições sociais. Uma montanha que desaba não turva senão por momentos as águas do oceano. (ARANCHES, J. D de. *Pacotilha*, São Luís, 17/20 mai 1888)

A partir dessas formulações apresentadas na imprensa periódica, vale dizer no que se refere, em particular, à vida dos ex-escravos, que a mesma já estava definida para além da vontade dos mesmos, pois, embora livres, a pobreza e a discriminação racial passaram a explicar as suas condições materiais de existência. Enfim, aos homens negros restou se reorganizarem para uma nova luta contra o preconceito e a discriminação racial de que foram e são objetos até hoje.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARANHA, Themístocles. Discurso na inauguração da segunda exposição do açúcar e algodão no dia 21 de fevereiro de 1885. *O Paiz*, São Luís, 22 de fevereiro de 1885. Coluna: Noticiário, p. 3.
- ABRANCHES, João Dunshee de. Transformação do trabalho. *Pacotilha*, São Luís, 02 de Junho de 1888. Coluna Publicações a Pedido, p. 2.
- BAKTHIN, Mikhail M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- FARIA, Regina Helena Martins de. *A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações*. Recife: Pernambuco, 2001. 228 p. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.
- IGNOTUS (Joaquim Serra). *Sessenta anos de jornalismo: A imprensa no Maranhão (1820 – 1880)*, 3ª edição, São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- IANNI, Octávio. Capitalismo, escravidão e trabalho livre, In: FERNANDES, Florestan (Org.) *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*, 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. pp 375 – 398.
- CERES. A substituição do trabalho servil pelo livre. *Pacotilha*, São Luís, 10 de maio de 1888. Coluna Publicações a pedido, p. 2.
- DIÁRIO DO MARANHÃO. São Luís, 22 de fevereiro de 1888. Secção de anúncios, p. 2
- ELEMENTO Servil, *O Paiz*, São Luís, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2
- J. J. A Liberdade. *Pacotilha*, São Luís, 11 de junho de 1881. Coluna Publicações a pedido, p. 2.
- KOCK, Paulo de. Elemento servil. *Pacotilha*, São Luís, 18 de novembro de 1884. Coluna Colaboração. p. 2.
- LINCOLN, Os portugueses e o abolicionismo. *Pacotilha*, São Luís, 24-25 de fevereiro de 1885. Coluna: Publicações a Pedido, p. 2.
- MESQUITA, Francisco de Assis Leal, *Vida e morte da economia algodoeira no Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850 – 1890)*. São Luís: Editora da UFMA, 1987.
- MOLINARI. A reforma do Estado Servil, *Diário do Maranhão*, São Luís, 13 de março de 1885. Editorial, p. 1.
- O CONCILIADOR ABOLICIONISTA. Novas considerações sobre o elemento Servil. *O Paiz*, 20 de fevereiro de 1885. Coluna Publicações Gerais, p. 2.
- SCHWARCZ, Lilia M.. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. Companhia das Letras, 1995.

